



Junio 2018 - ISSN: 1988-7833

IMPACTOS DA SOCIABILIDADE EM DUAS EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA E TRABALHO ASSOCIATIVO NA REGIÃO DE CAMPINAS, SP, BRASIL¹

MACHADO, Vitor Barletta²

(Cientista Social, Doutor em Sociologia, docente extensionista da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas, vitor.machado@puc-campinas.edu.br)

GODOI, Stela Cristina de³

(Economista, Doutora em Sociologia, docente extensionista da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas, stela.godoi@puc-campinas.edu.br)

MARIOSIA, Duarcides Ferreira⁴

(Cientista Social, Doutor em Sociologia, Docente da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas, duarcidesmariosa@puc-campinas.edu.br)

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

MACHADO, Vitor Barletta, GODOI, Stela Cristina de y MARIOSIA, Duarcides Ferreira (2018): "Impactos da sociabilidade em duas experiências de organização coletiva e trabalho associativo na região de Campinas, SP, Brasil", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (junio 2018). En línea:
<https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/06/sociabilidade-organizacao-colectiva.html>

RESUMO. O texto apresenta duas diferentes experiências de organização coletiva, visando refletir criticamente sobre aspectos socioculturais e econômicos de seu desenvolvimento histórico. Abre-se a reflexão com os desafios da organização do trabalho cooperativo dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, tendo como objeto as experiências em assentamentos na

¹ Este texto é uma versão revista e atualizada do trabalho apresentado na VI Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária, ocorrida em Manaus, Amazonas, Brasil, em dezembro de 2017, a partir das críticas e observações dos avaliadores da Conferência.

2. Vitor Barletta cursou licenciatura e o bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1996). Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2002) e Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puc-Campinas), extensionista e coordenador dos alunos de sociologia no PIBID. Desenvolve pesquisas nas áreas de Sociologia da Religião e Sociologia Rural, com destaque para os seguintes temas: direito, religião, catolicismo, reforma agrária, assentamentos rurais, teoria weberiana, teologia da libertação e movimento sem terra.

3. Stela Cristina de Godoi é graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (2003), com mestrado (2007) e doutorado (2012) concluídos no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Atualmente é professora e extensionista da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-C), com vínculo integral com a instituição. Além da atividade docente no campo das Ciências Sociais, a professora vem desenvolvendo projeto de extensão universitária, junto às mulheres populares de assentamento urbano do município de Campinas, além de compor Conselhos Consultivos e Conselhos de Curso ligados à pesquisa e à extensão.

4. Duarcides Ferreira Mariosa possui Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas; Especialização em Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais pela FMU; Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, desde 2008. Integrador Acadêmico de Graduação dos cursos do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da PUC-Campinas. Pesquisador com projetos aprovados pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) nas áreas de sustentabilidade socioambiental e desenvolvimento comunitário

região de Sumaré, Brasil. Aborda-se em seguida a questão da luta por moradia na cidade de Campinas, Brasil, movimento inicialmente dissidente do próprio MST. A partir da técnica de observação participante, em uma pesquisa extensionista realizada junto às mulheres da ocupação Joana d'Arc, observou-se que o horizonte temporal de curto prazo e a impermanência dos vínculos sociais que permeiam a sociabilidade das famílias assentadas dificultam a realização de um projeto de organização para o trabalho associativo. Espera-se que, com base na reflexão encetada a partir dos estudos realizados possa a dimensão da sociabilidade contribuir para elucidar pontos controversos que, muitas vezes, impedem ou inviabilizam a prática da organização coletiva e do trabalho associativo.

Palavras-Chave: Trabalho cooperativo; Movimento Sem Terra; Ocupação urbana; Sociabilidade; Economia Social e Solidária.

RESUMEN. El texto presenta dos experiencias diferentes de organización colectiva, con el objetivo de reflexionar críticamente sobre los aspectos socioculturales y económicos de su desarrollo histórico. La discusión comienza con una reflexión sobre los desafíos de organizar el trabajo cooperativo dentro del Movimiento de Trabajadores Sin Tierra (MST), centrándose en los asentamientos en la región de Sumaré en Brasil. Luego se discute el tema de la lucha por la vivienda en la ciudad de Campinas, Brasil, un movimiento inicialmente disidente de la MST. A partir de la técnica de observación participante, en una investigación de extensión llevada a cabo con las mujeres de la ocupación de Joana d'Arc, se observó que el horizonte temporal a corto plazo y la impermanencia de los vínculos sociales que impregnan la sociabilidad de las familias sedentarias dificultan la realización de un proyecto organizacional para el trabajo asociativo. Se espera que, a partir de la reflexión iniciada a partir de los estudios llevados a cabo, la dimensión de sociabilidad pueda contribuir a elucidar puntos controvertidos que a menudo impiden la práctica de la organización colectiva y el trabajo asociativo.

Palabras Clave: Trabajo cooperativo; Movimiento sin tierras; Ocupación urbana; Sociabilidad; Economía Social y Solidaria.

ABSTRACT: The text presents two different experiences of collective organization, aiming to reflect critically on socio-cultural and economic aspects of its historical development. The discussion start with a reflection on the challenges of organizing cooperative work within the Landless Workers' Movement (LWM), focusing on settlements in the Sumaré region of Brazil. Then the issue of the struggle for housing in the city of Campinas, Brazil, an initially dissident movement of the LWM itself, is discussed. From the participant observation technique, in an extension research carried out with the women of the Joan of Arc occupation, it was observed that the short-term time horizon and the impermanence of the social ties that permeate the sociability of the settled families make difficult the realization of an organizational project for associative work. It is hoped that, based on the reflection started from the studies carried out, the dimension of sociability can contribute to elucidate controversial points that often prevent the practice of collective organization and associative work.

KEYWORDS: Cooperative work; Landless Movement; Urban occupation; Sociability; Social and Solidarity Economy.

1. INTRODUÇÃO

A realidade concreta das experiências delineia o espaço dos conflitos e das alianças, das oportunidades e dos obstáculos, da história e da utopia somente compreensível na dialética da ação humana. Nessa perspectiva, o presente texto apresenta duas diferentes experiências de organização coletiva, visando refletir criticamente sobre seu desenvolvimento nas últimas décadas: os assentamentos rurais na região de Sumaré-SP; e a trajetória das mulheres na ocupação urbana Joana D'Arc em Campinas-SP. A partir de depoimentos de seus integrantes, de relatos coligidos em bibliografia publicada sobre o tema e de observação direta das duas situações analisadas, nota-se que no curso da ação, historicamente concretizada em coletivos urbano, um, e rural, outro, detalhes de natureza econômica, social e política aparecem preponderantes ora para o sucesso dos movimentos, ora para seu esfacelamento.

Como elemento organizador da reflexão e tendo em vista o objetivo de refletir sobre os desafios da organização coletiva do trabalho em movimentos sociais, de luta pela terra e pelo teto

dentro dos princípios da economia social e solidária, faz-se necessário antes estabelecer alguns contrapontos entre as dinâmicas da luta pela terra e pela moradia no limiar do século XXI.

O primeiro contraponto diz respeito à diferença observada entre o movimento social no meio rural e no meio urbano, no que tange a função social do trabalho coletivo nessas lutas. A luta pela moradia em grandes cidades não tem uma instância de sociabilização coletiva imediata através do trabalho, como no caso da luta pela terra. Essa ausência tem um impacto negativo sobre os vínculos entre os participantes do movimento, além de dificultar a construção de estratégias coletivas de sobrevivência. Assim, na ausência do trabalho coletivo, as privações materiais não encontram um bom celeiro para transformar a carência e a necessidade em plataforma de luta que se estenda para além da moradia. Por outro lado, há também semelhanças. A atuação do movimento pela terra e pela moradia converge dentro de um mesmo quadro institucional e político, que colabora para a construção de uma democracia participativa no Brasil de fins do século XX.

No bojo do processo de redemocratização do país, após quase duas décadas de “estado de exceção”, os setores sociais, até então excluídos do cenário oficial, alteraram os roteiros preestabelecidos da política brasileira. Sader (1995), ao estudar a emergência de uma nova configuração social e política dos trabalhadores e trabalhadoras, identifica, nos anos 1980, o surgimento de um novo sujeito coletivo, que “entra em cena”.

Os movimentos sociais marcam o extravasamento dos conflitos classistas para fora do contexto sindical. Sader (1995) observa que o caldeirão cultural que reuniu movimentos com pautas de mobilização diversas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – Clube de Mães da periferia sul, Movimento Sindical de São Bernardo do Campo, Movimento de Saúde da periferia leste – torna-se o ventre gerador de novas formas de ação política e consciência de classe. Pela experiência, homens e mulheres populares se reconhecem num amálgama de “consciência de interesse” e “consciência afetiva e moral”, que inaugura uma nova etapa da história da democracia brasileira (THOMPSON, 1981).

Assim, paradoxalmente à representação dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras integradas passivamente à ordem social, surge um sujeito coletivo e heterogêneo, produtor de um novo sentido para as experiências cotidianas e práticas de ação coletiva por direitos e cidadania. Diante da pujança desses novos personagens, vai surgindo também um novo quadro teórico para abordar as questões políticas, que colocará, nas experiências de organização da sociedade civil, a nota dominante das dinâmicas que tencionam pela transformação social:

Sob a influência teórica predominante da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), os estudiosos da época buscaram demonstrar como os movimentos sociais constituíram-se em sujeitos políticos capazes de incluir novos temas na agenda política, redefinindo e problematizando os discursos dominantes sobre a desigualdade e a hierarquia socialmente estabelecida. (TRINDADE, 2017, p. 23)

Deste modo, a promulgação da Constituição Federal de 1988 marca a institucionalização de espaços de ação participativa destes novos atores, o que altera, por sua vez, as expectativas que recaem sobre os movimentos sociais, dos quais se espera, agora, uma postura mais propositiva diante dos desafios impostos à sociedade brasileira:

A participação institucional impactou, em grande medida, a dinâmica da mobilização social, uma vez que a atuação dos movimentos sociais ganhou novos e importantes desafios com o advento do regime democrático. A principal mudança, nesse cenário, estava relacionada à necessidade de construir a política junto com o Estado, e não apenas demandar dele ou lutar contra. (TRINDADE, 2017, p. 23-4)

Trindade (2017) alerta, entretanto, para o fato de que o novo impulso dado à literatura acadêmica por essas mudanças na atuação dos movimentos sociais, cuja agenda de pesquisa acompanha os “novos atores” da sociedade civil ao Estado, constitui, em alguma medida, um certo “fetichismo” pela participação institucional que ocultou a luta política e o desigual acesso aos processos decisórios diante das políticas públicas.

2. EXPERIÊNCIAS EM ASSENTAMENTOS NA REGIÃO DE SUMARÉ-SP

No início dos anos 1980, quando a ditadura militar no Brasil estava em sua fase final, com o processo da abertura política – lenta, gradual e segura, conforme a vontade nunca discutida dos militares –, na cidade de Sumaré-SP um movimento social inspirado nas lutas pela terra que já ocorriam no país dava seus primeiros passos (MACHADO, 2009). Sumaré era uma cidade com uma

população periférica crescente, de famílias atraídas pela possibilidade de emprego nas empresas da região. Era o resultado do projeto de industrialização colocado em prática pelos militares, que concentrou investimentos na região sudeste; mas também do fracasso dos projetos de imigração do período, focados no incentivo do deslocamento de populações para regiões distantes no Amazonas, sem a contrapartida do estabelecimento de qualquer infraestrutura. Tais processos, aliados à crescente concentração da posse de terras por grandes empresas, estimularam o aumento do êxodo rural, com famílias optando por buscar uma nova vida em regiões mais próximas de centros urbanos com alguma estrutura.

Escrevendo sobre os moradores do Assentamento I de Sumaré, Soares Martins (2004) mostra que, com as políticas de colonização, muitos trabalhadores haviam se deslocado para a região Centro-Oeste do Brasil, mas acabaram migrando novamente, agora para o estado de São Paulo, estimulados pela propaganda governamental:

Milhares de ex-lavradores que acorreram a Campinas, Sumaré e outras cidades da região, em busca do prometido Eldorado industrial, acabariam sendo também vítimas da forte crise econômica na transição das décadas 1970-1980. Estavam sendo lançadas as sementes que germinariam na organização de uma ação que culminaria no Assentamento I de Sumaré, curiosamente no coração de uma das regiões mais industrializadas do Brasil, e nesse sentido foi fundamental a presença de religiosos, seminaristas e leigos da Igreja Católica. (MARTINS, J.P.S., 2004, p. 50-51)

A situação em Sumaré não foi, entretanto, mais fácil para tais famílias. Várias delas foram morar no Jardim Rosolém, que na época era um distrito de Sumaré, bairro onde faltava água, luz, asfalto e empregos. Seminaristas capuchinhos de outro bairro da cidade, Nova Veneza, acompanhavam de perto a situação da população que morava na periferia de sua cidade, enquanto eles viviam confortavelmente no seminário. Um grupo de seminaristas decidiu iniciar um trabalho social no Rosolém, e ali fundaram o Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima, uma Comunidade Eclesial de Base (CEB), estimulados pelas reflexões da Teologia da Libertação que conheceram através de alguns professores no seminário. A Teologia da Libertação leva esse nome, porque defende a ideia de que é necessário libertar o povo de toda forma de opressão, desde a violência física até a fome imposta por condições desumanas de sobrevivência. Tais teólogos empregavam leituras e interpretações bíblicas para justificar a necessidade de engajamento social da Igreja ao lado das populações mais carentes.

A mobilização realizada pela CEB conseguiu diversas melhorias para o bairro do Rosolém, como água e asfalto, mas persistiam as dificuldades geradas pelo desemprego em boa parte das famílias, que já começavam a precisar pedir comida aos vizinhos, conforme podemos ler nessa passagem de um poema de dona Tereza, moradora já falecida do Assentamento II de Sumaré:

Eu ia com fé em Deus e Jesus no coração, /Sabendo que lá em casa estava faltando arroz e feijão, /E também um pedacinho de pão, /Eu largava os meus filhos, pareciam que estavam abandonados, mas não era isso não... /Eu estava procurando uma solução para a gente matar a fome dos meus filhos e também do nosso irmão. (TEREZA CORREIA DE MELO, "A esperança é a última que morre")

Tal foi o contexto que estimulou a primeira experiência de trabalho cooperativo naquela comunidade. Surgiu da percepção de que todos ali tinham um passado como trabalhadores rurais, desenvolvendo-se a proposta de cultivo de uma horta comunitária, que criaria alguns empregos e forneceria alimentos mais baratos para todos. A vivência da religiosidade católica através do trabalho dos seminaristas na CEB permitiu agregar à identidade religiosa comum o elemento da experiência anterior como trabalhadores rurais.

Já estimulados pela experiência bem-sucedida da horta comunitária receberam notícias sobre um movimento de posseiros, coordenado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), na cidade de Andradina-SP, que tinha conseguido obter a posse de uma área de terras. Foi o início das discussões sobre a possibilidade de um movimento similar pelos participantes da CEB do Rosolém. Em trabalho sobre os assentamentos de Sumaré I, Sumaré II e de Promissão, Ranali Elias assim descreveu tal episódio:

Fundamentando sua posição em passagens bíblicas, como a alusão à Terra Prometida para o Povo de Deus (Êxodo - Velho Testamento), o grupo passa a enxergar na reforma agrária uma saída possível e legítima para sua insustentável situação sócio-econômica. Convidam para um debate líderes do Assentamento

Primavera, que relatam sua experiência de luta. Ao invés de desânimo, o relato das 'provações', cria muita expectativa e esperança, que se espalha pela região, resultando na adesão de seiscentas famílias ao movimento. (ELIAS, G.R., 2003, p. 76).

Diante do vislumbre da possibilidade de sucesso na luta que desejavam começar, as dificuldades, ainda não vividas, pareciam somente obstáculos a serem superados. Mas, a concretização das dificuldades da luta pela terra esfriou o ânimo da grande maioria dessas famílias conforme sucedeu adiante.

De início, os seminaristas auxiliaram o grupo a recolher as informações necessárias para repetirem a ação de Andradina, conversando com um advogado da CPT e uma deputada estadual do PT (Partido dos Trabalhadores), cujo diretório em Sumaré havia sido fundado com apoio de vários moradores do Jardim Rosolém. As reuniões para organizar a ocupação foram realizadas na CEB durante o ano de 1983; a cada semana com um número cada vez maior de participantes: em janeiro eram doze pessoas, em agosto mais de seiscentas. Realizavam a leitura de textos bíblicos, particularmente do Êxodo, preparados pelos seminaristas. A história do povo hebreu em busca da Terra Prometida era utilizada como exemplo para justificar todo o movimento. Este método de trabalho era recomendado diretamente por autores da Teologia da Libertação, como Leonardo Boff (1981). As vinculações entre as CEBs e a metodologia de trabalho proposta pela Teologia da Libertação são reconhecidas mesmo na literatura internacional sobre tal temática, como é possível ver em Roelofs (1988). Assim, elementos de uma fé comum serviam para a manutenção da unidade do grupo, mesmo entre os participantes não católicos.

Quarenta e sete famílias ocuparam, em três de novembro de 1983, terras da usina Tamoio, em Araraquara-SP. Após alguns meses de negociação conseguiram o assentamento definitivo nas terras do Horto Florestal de Sumaré, de propriedade da FEPASA (Ferroviária Paulista Sociedade Anônima), em janeiro de 1984, formando o Assentamento I de Sumaré. O sucesso estimulou a continuidade da mobilização, sendo fundado o Movimento dos Sem Terra de Sumaré. Alguns assentados participaram também da fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Primeiro Encontro Nacional do MST, em Cascavel-PR, em 29 de janeiro de 1985.

O grupo II de Sumaré começou a ser organizado ainda em 1984. Em janeiro de 1985, seus representantes tiveram reuniões com o secretário de agricultura do estado de São Paulo e com o diretor do extinto IAF (Instituto de Assuntos Fundiários), em que foram orientados a continuar buscando terras próximas do município de Sumaré. Escolheram as terras do Horto da Boa Vista, também de propriedade da FEPASA, uma área que estava desocupada já a cerca de cinquenta anos, mas as negociações iniciais com a empresa fracassaram. Em 15 de maio de 1985 realizaram reunião com o diretor do IAF e o presidente da FEPASA, estabelecendo-se um acordo: o grupo II ficaria nas terras do Horto que estavam arrendadas para a Usina Santa Bárbara, enquanto a FEPASA receberia da secretaria da agricultura outra área equivalente. Enquanto o arrendamento não terminasse as famílias poderiam ficar em uma área provisória, menor, no próprio Horto da Boa Vista. O acordo foi confirmado em ligação ao IAF no dia 17 de maio, quando o grupo II realizou a entrada nas terras com apoio do grupo I. A alegria durou pouco. Acompanhado por policiais militares, um funcionário da FEPASA chegou ao acampamento às 23hs, exigindo a desocupação imediata da área. Começava uma longa sequência de desacordos. Às 16hs do dia 24 de maio um oficial de justiça entregou uma liminar de reintegração de posse aos acampados. Houve nova rodada de negociações, mas no dia 27 de maio, às 15hs, retorna o mesmo oficial de justiça acompanhado pelo pelotão de choque da Polícia Militar, realizando o despejo.

O momento da desocupação foi marcante para os que participaram do movimento, mas também serviu para solidificar os laços de solidariedade que seriam necessários para a continuidade do mesmo. Muitos fugiram correndo para a mata, só retornando depois para buscar os pertences. Os que ficaram, porém, se juntaram em oração, pedindo forças, e até tentaram evitar o despejo, formando um cordão humano. No meio do episódio uma menina correu até os policiais em formação com um pedaço de pão nas mãos, o qual ofereceu a um soldado que, segundo os assentados, chegou a chorar. O despejo ocorreu sem violência contra os acampados. Fortalecidos pelo ocorrido os membros do grupo ficaram acampados nas margens da rodovia Dom Agnelo Rossi, em Campinas. Foi um período em que fizeram diversas manifestações e puderam contar com o apoio dos moradores da região e de ações de grupos das Igrejas da cidade, provendo-os de doações de alimentos, enquanto as lideranças buscavam retomar as negociações. Em julho, a FEPASA apresentou uma proposta para contratar membros do grupo como trabalhadores da empresa, enquanto durasse o arrendamento das terras pretendidas. Ela foi rejeitada por ter sido entendida como uma tentativa de dividir e enfraquecer o movimento, pois nem todos os acampados seriam de fato contratados. O acordo original finalmente foi confirmado em 26 de julho e o retorno das famílias

ocorreu no dia 18 de agosto. Ficaram na área provisória até 1988, quando terminou o arrendamento das terras definitivas para a Usina Santa Bárbara, formando o Assentamento II de Sumaré.

Até o momento, a trajetória dos assentamentos de Sumaré já estava profundamente marcada pela percepção daquilo que pode ser alcançado pelo trabalho coletivo. Primeiro foram as melhorias no Rosolém, a experiência de trabalho na horta comunitária e finalmente a conquista da terra. Mas a chegada ao assentamento definitivo revelou um conjunto de novos desafios ao grupo, transformando a lógica de sua organização coletiva. Em suas reuniões de formação os participantes do grupo II haviam concordado em montar uma cooperativa, visando estabelecer uma produção que atendesse às necessidades de todos. A terra foi dividida em cinco áreas: quatro seriam trabalhadas em grupos com nove famílias cada, a quinta seria trabalhada por todos para poder pagar "... as despesas da associação com óleo diesel, pneus, implementos etc." (ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO DE SUMARÉ-II, 1986, p. 10). O momento era de euforia:

Agora o que fortalece o nosso trabalho é o coletivismo, o trabalho cooperado, e as decisões tomadas em reuniões, as eleições são realizadas a cada dois anos onde são eleitos toda a diretoria da associação. [...] Nossa primeira produção foi de milho e feijão, onde a gente vendeu diretamente nas comunidades. [...] Depois de todas estas lutas, os problemas continuam surgindo, e a gente vai se reunindo e procurando soluções para resolvê-los, pois agora nós temos nossa terra e ser produtor, é ter que cuidar da terra é o que a gente faz, e é esse o nosso trabalho. (sic) (Ibid., p. 10)

Outras necessidades, contudo, precisavam ser atendidas, além da produção na terra; preocupações que haviam sido colocadas em segundo plano durante o processo de luta. As famílias queriam construir suas casas, plantar a horta de sua preferência, organizar a rotina de trabalho de sua maneira. Foi o início das dificuldades. O trabalho nos espaços coletivos revelou diferenças entre as pessoas, principalmente com relação ao comprometimento de cada um com o grupo e os ritmos de trabalho diversos de cada pessoa. Os assentados falavam em situações as mais variadas: aquele que chegava tarde e saía cedo, outros que chegavam cedo e saíam tarde, além dos que começaram a nem mesmo aparecer para o trabalho todos os dias.

Importante destacar que, apesar dos fatos aqui descritos poderem receber uma análise como a proposta por Scott (2002), que fala sobre as *formas cotidianas de resistência camponesa*, buscando interpretar comportamentos considerados como reveladores de atos individuais de insubordinação e resistência passiva, este não foi o caminho adotado na pesquisa. Primeiro pelos limites do conceito definido pelo próprio Scott:

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).

A adoção de tal perspectiva induziria a considerar a existência de uma divisão de classes dentro do Assentamento II e nos demais casos a seguir analisados, situação que não é confirmada pelos dados empíricos coletados. Concorde-se com Menezes (2002) ao ressaltar tanto a originalidade do pensamento do autor como os seus problemas, entre eles "... o perigo de romantizar a resistência cotidiana, esquecendo-se de que ela também contribui para a reprodução das relações de dominação." (MENEZES, 2002, p. 43). A autora aponta, então, para a necessidade de "... qualquer argumentação ser substanciada em estudos de casos concretos, referenciados empírica e historicamente." (Ibid., p. 43), proposição aqui adotada.

Surgiram também os problemas com relação ao número de braços disponíveis para o trabalho em cada família, com as famílias menores sentindo-se prejudicadas, pois não conseguiam conciliar o trabalho dentro da área de sua moradia com o das áreas coletivas, enquanto as famílias maiores conseguiam dividir tais tarefas entre seus membros.

Em relação ao trabalho em família, Chayanov aponta que:

[...] a medida da auto-exploração depende na maior parte do peso que exercem sobre o trabalhador as necessidades de consumo de sua família. (...) O volume de atividade da família depende totalmente do número de consumidores e de nenhuma maneira do número de trabalhadores. (CHAYANOV, 1974, p. 81, traduzido do

original em espanhol).

O destaque de Chayanov vai para o fato de que para poder alimentar sua família, nem sempre composta por braços capazes de trabalhar naquele momento, o camponês aumenta a auto-exploração sobre seu trabalho, exigindo mais de si. Tal situação estimularia o abandono da atividade agrícola ao longo do tempo, em decorrência da busca de melhores oportunidades no ambiente urbano. Assim, no momento de dividir os resultados da venda dos produtos entre as famílias os conflitos afloraram, sendo destacado o fato de que tinham trabalhado de modo desigual, não se conseguindo chegar a um acordo sobre o valor justo para cada uma.

Em pesquisa sobre os assentamentos de Promissão-SP, Norder (2004) relata a formação de uma cooperativa envolvendo parte dos moradores, a Copajota (Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares), que teve um começo animador, mas que logo após o primeiro insucesso estimulou várias rupturas, que efetivamente irão determinar o seu fim:

Na primeira safra, a cooperativa alcançou uma produtividade superior à média geral do assentamento. Entretanto, no ano seguinte, a disseminação das pragas no algodão fez com que a Copajota tivesse, da mesma forma que muitos outros assentados e demais produtores, uma perda praticamente total em 50 alqueires desta cultura altamente dependente de insumos externos. Explicitaram-se naquele momento os primeiros conflitos internos (NORDER, 2004, p. 254-255).

Os Srs. Alcindo e Sidiney, moradores do Assentamento II, perceberam o início dos conflitos que estavam ameaçando a unidade do grupo. Assim descreveu a situação o Sr. Alcindo:

No começo a gente começou trabalho comunitário, mas não deu certo. Nós tentamos tudo quanto é tipo de comunitário e não deu certo. [Por que?] Cê sabe o povo como é que é, tudo somos cabeça diferente né. [Cada um pensa de um jeito.] Cada um pensa de um jeito, se um vai trabalhar o outro não vai, o outro vai trabalha até o almoço, vai almoçar e não volta mais. Então né ficou tudo descontrolado sabe? (...) Então chegou uma hora que todo mundo resolveu, falou assim: “Ah não! Vamos, vamos dividir, fica só as máquinas mesmo e a associação comunitário... trabalho individual, cada um se vira com aquilo que pode.” E foi o que deu mais certo, né. (Informação verbal, Alcindo, 2001) (MACHADO, 2009, p. 86)

Sua fala coincidiu com a do Sr. Sidiney:

No começo quando nós entramos nesta área aqui nós tinha dois grupo, então os dois grupo trabalhava tipo coletivo, todo mundo trabaia junto... todo mundo trabalha junto. E hoje já não é mais assim, cada um tem sua área, cada um tem sua área e... Sei lá! Ele cuida da roça dele e ele aí vai vender pra quem ele quer, ele vende o que ele planta sem dá comissão a ninguém. E de primeiro era trabalho coletivo, (inaudível) era vendia e dividia. O grupo que trabalhava. Mas aí sabe dá certo pra um pro outro não dá, (inaudível), no fim foi surgindo uma coisa que a gente não tem mais assim o trabalho, o trabalho assim na roça coletivo. Tem coletivo, mas é diferente de trabalho de roça né. (Informação verbal, Sidiney, 2001) (MACHADO, 2009, p. 86)

Percebe-se que a força coletiva tinha sido uma condição para a conquista, mas já não aparecia do mesmo modo na hora de organizar a produção. Outra fala do Sr. Alcindo ilustra bem a situação da organização do grupo e as relações com a coordenação do assentamento:

A gente tinha uma coordenação. (...) Tinha presidente, vice-presidente, secretário, secretária, tesoureiro, né, ou tesoureira. E tinha uns fiscais que falava né, que coordenava. Mas mesmo assim não dava certo. Pra começar a gente falava assim: “Aqui tudo é nosso. Pra que um vai mandar no vizinho?”, certo?. Tem muitos nessa cabeça né. Não é igual a firma. A firma não, cê é obrigado a cumprir, a respeitar o, como é que fala?, o coordenador né. E aqui não, aqui uns faz de um jeito outro faz de outro. É complicado. Então pra não criar mais divergência né, falamos “se achar melhor votar.” e ninguém queria mais. [Ninguém mais queria] E outra, na hora de dividir também dava complicação. Quer ver? Vamos supor, tem uma família que era só de dois, outro era um só, como tem uns aí, que era o Luis Sinésio, conheceu o Sinésio né? [Não conheci não. Vim outro dia e ele não estava em casa] Teve o Luís Sinésio que é sozinho. Outra família é três, quatro na casa. Então como é que faz pra trabalhar comunitário? Não tem jeito! Difícil né? Quer dizer que aquelas pessoas

que tem mais gente na casa, o que tem menos não pode receber igual o que tem mais por área. Então ficava complicado. (Informação verbal, Alcindo, 2001) (MACHADO, 2009, p. 87).

A frase “Aqui tudo é nosso. Pra que um vai mandar no vizinho?”, expressa um ponto comum na história de muitos assentamentos do MST: as pessoas realizam a luta para controlarem o próprio trabalho, não querem trocar o patrão que tinham nas empresas por uma nova forma de patrão, na figura do vizinho que se torna coordenador - na mesma lógica que havia levado o grupo a rejeitar a oferta de empregos feita pela FEPASA. Loera (2004) colheu vários depoimentos que mostram a mesma reflexão entre os participantes do acampamento *Terra Sem Males*, na fazenda Capuava (Atibaia-SP):

[...] se pegar terra não vai ter que trabalhar para mais ninguém, [frase de seu Alfredo]. Porque o que que é um empregado? Nada, um empregado hoje ele tá num emprego hoje, amanhã não tá. Patrão manda embora, não dá mais certo, você recebe aquele dinheirinho, se tiver pagando aluguel tá ferrado, né? [frase de seu Beto]. Eu sou uma pessoa que gosto de viver independente [frase de seu Chicão] (LOERA, 2004, p. 40-43).

O acampamento Terra Sem Males foi estabelecido com a ajuda de muitos moradores do Assentamento II de Sumaré. Havia entre seus membros relações de parentesco e amizade, situação que vem sendo destacada em diferentes trabalhos. Este fato pode ter contribuído para que tal reflexão, exaltando posturas individualistas típicas dos proprietários no capitalismo tradicional, já estivesse presente mesmo antes de conquista da terra pelo novo grupo. Diante da necessidade de as mobilizações serem realizadas mais rapidamente, culminou-se no fortalecimento dos participantes não militantes, que entravam no MST sem se identificarem de fato com suas bandeiras. Corroborando este indicativo, Loera apresenta a fala de Chicão: “é isso que trouxe **nós com** os sem-terra” (Ibid., p. 44, grifo nosso), que expressa o sentido da transitoriedade, de participação no MST, mas sem uma identidade de militante e nem mesmo de identificação com a proposta de organização cooperativa do trabalho. Utilizam o movimento para um fim. Aliás, pesquisadores têm gerado uma bibliografia extremamente crítica ao movimento e suas práticas, em particular Navarro (2002) e Martins (2000; 2003a; 2003b). Martins ressalta a esse respeito:

A facilidade com que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e organizações similares mobilizam multidões para a identidade provisória de sem-terra, mesmo entre populações urbanas, é testemunho da vitória da propriedade sobre o trabalho como valor de orientação de condutas políticas e de aspirações sociais, como referencial de destino e de opção histórica. (MARTINS, 2003a, p. 13)

Para Martins o movimento representa uma vitória do desejo de ser proprietário, não de necessariamente trabalhar com a terra, afirmando que os “impropriamente chamados de 'sem-terra'” estão regenerando a prática da renda territorial, na medida em que querem buscar os “... frutos fáceis que a renda da terra propicia no rentismo de varejo praticado por populações pobres.” (Ibid., p. 14). Ele já havia destacado que a renda capitalista da terra, entendida como uma forma de tributo cobrado pela sua utilização, representa uma irracionalidade mantida pelo capitalismo, pois uma vez que a terra não resulta de nenhum trabalho humano ela jamais deveria possuir qualquer preço:

Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é o resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço. Mas, antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento da renda em trabalho, espécie ou dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo. O advento do capitalismo não fez cessar essa irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa que se expressa na renda capitalista da terra. (...) agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra. (MARTINS, 1996, p. 20)

Casos de assentados que arrendam as terras conquistadas já são conhecidos. Moraes Silva (2004) estudou assentamentos na região de Ribeirão Preto-SP que tentaram arrendar suas terras para o plantio de cana-de-açúcar: “esses assentados são rentistas, isto é, usufruem da renda da terra na condição de *parasitas da sociedade*.” (SILVA, M.A. de M., 2004, p. 116-117, *grifo nosso*).

Aliás, tal exploração é tema da obra clássica de Chayanov (1974) e também foi discutida por Tedesco (1998). É antes de tudo uma forma de reação. Receber um pagamento em troca da permissão de utilização da terra não é algo estranho aos que já tiveram um passado rural. Medeiros afirma:

Nesse processo, a diversidade de situações no campo (“moradores”, “colonos”, “camaradas”, “parceiros”, “foreiros”, “arrendatários”, “posseiros”, etc.) passou a ser sintetizada nos termos “trabalhadores agrícolas”, “lavradores” ou “camponeses”. Essas categorias constituíram-se e distinguiram-se em contraposição às de “latifundiários” e “grileiros”, denominações que passaram a abranger todo um conjunto de relações que (...) não podem ser simplesmente reduzidas à dimensão da exploração econômica, mas recobrem também formas particulares e diversificadas de exercício da dominação. (MEDEIROS, 1995, p. 50-51)

A reflexão sobre tais pontos pode auxiliar na melhor compreensão das disputas que se formam dentro dos assentamentos, no que se refere ao trabalho em cooperativas ou individual (familiar). O MST não se mostra favorável ao estabelecimento de tais práticas rentistas nos assentamentos (STRAUBE, 2008). O movimento tem proposto a organização cooperativa do trabalho e buscado adotar projetos alternativos de produção, como as agroflorestas, tentando romper com as práticas tradicionais das populações camponesas e também com as expectativas individuais dos que entram na luta pela terra.

Andrade (1998) oferece, em sua análise, o impacto de tal processo para o Assentamento I de Sumaré:

O que se pode constatar é que, tão logo se sentiram ‘donos de suas terras’, começaram a aparecer as primeiras divergências entre os trabalhadores, dificultando a implantação de práticas de caráter coletivo no assentamento. Os trabalhadores fizeram a opção pela partilha da terra, cada qual seguindo o seu caminho e assumindo seus lotes e seus problemas individualmente. (ANDRADE, 1998, p. 38).

O importante na trajetória dos Sem-Terra de Sumaré é a continuidade da autonomia de seus membros na tomada de decisões, alterando os rumos pretendidos originalmente, buscando desenvolver um modelo compatível com a vontade da maioria, como viria a ser o caso do abandono da proposta de produção coletiva na terra.

Quando o grupo II ainda estava no assentamento provisório, a primeira produção que tiveram foi de milho e feijão. Quando no assentamento definitivo, passaram a plantar café também, cultivo que fazia parte do passado rural de todos ali, sendo o produto com o qual estavam mais acostumados a lidar, mas que não encontrou mercado para a pequena produção que tiveram. O senhor Alcindo explicava que precisariam plantar pelo menos cem mil pés de café para obter algum retorno financeiro, o que superava a capacidade da área conquistada. A saída encontrada se deu com o início da fruticultura, com o cultivo de acerolas e goiabas, que melhorou a situação econômica do grupo, trazida ao assentamento na experiência de trabalho daqueles identificados como o “pessoal de fora”, famílias vindas da cidade de Valinhos-SP. A maioria de não católicos, e que não participaram da ocupação e chegavam agora ocupando os lotes daqueles que estavam desistindo da tentativa de retorno à vida rural.

Bergamasco et al (1996) indicam o início da fruticultura nos assentamentos de Sumaré no ano de 1994, em um programa do governo estadual que distribuiu as mudas. Destacaram as dificuldades de irrigação e baixa qualidade das terras do Assentamento II, de tal modo que “... a potencialidade da fruticultura do assentamento de Sumaré II é menor que a de Sumaré I, embora a quantidade de mudas seja praticamente a mesma para todas as famílias.” (BERGAMASCO et al., 1996, p. 56). Ocorreu que foi o “pessoal de fora”, já habituado com a fruticultura, que trouxe ao grupo as técnicas de cultivo mais adequadas e que viabilizaram a produção. Delboni (2008, p. 127) localiza esse episódio na segunda metade da década de 1990, após a saída de seis famílias do assentamento, afirmando que esse novo ciclo produtivo marcou o fim do projeto coletivo de trabalho com a terra.

Hoje a produção de acerola só continua no pomar de um assentado, Antônio Segura, que as utiliza para produção de polpas congeladas. A mamona a substituiu, pois apresentava um mercado melhor na obtenção de óleo. A cultura de uva estava começando, introduzida pelo Sr. Rialindo, do Assentamento III, que na época da pesquisa possuía 11.800 pés em plena produção, projetando chegar a 40 mil. Tal experiência aparece confirmada em dados de levantamento de Petinari, Tereso e Bergamasco (2008) no município de Jales-SP, revelando o plantio da uva como atividade lucrativa

para fornecer estabilidade econômica aos assentados: “A renda gerada com a produção da uva permite manter os filhos e os próprios produtores trabalhando na propriedade, conseguindo assim boa renda para ambos.” (PETINARI; TERESO; BERGAMASCO, 2008, p. 359).

Aparentemente o grupo começava a mudar, mas não é possível distinguir se foi realmente uma transformação ou uma retomada de princípios até então amortecidos no ritmo exigido pela mobilização da conquista.

3. EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES NA OCUPAÇÃO JOANA D'ARC

No caso dos movimentos urbanos de luta por moradia, desde a década de 1970 esses agentes coletivos vêm se organizando pelo acesso às condições de habitação digna, à regularização fundiária, saúde e saneamento. Neste processo, tanto a Igreja progressista quanto a articulação com outras organizações (como sindicatos, universidades e organizações não governamentais) tiveram importante papel na mobilização dos que reivindicavam seus direitos à moradia, que desembocou na conquista de marcos legais na direção do “direito à Cidade”, como a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001 (LEFEBVRE, 2013).

As políticas neoliberais que incidiram sobre a América Latina a partir da década de 1990 agravaram o quadro de crise habitacional e crise urbana, decorrente da redução de gastos com políticas sociais e do desemprego. Assim, neste contexto, a eleição de Luis Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil, em 2002, gerou uma grande expectativa quanto às possibilidades de avançar nessas conquistas.

Constituiu-se em 2005, durante o mandato presidencial de Lula, uma complexa arquitetura institucional de financiamento habitacional com recursos da União de caráter popular e autogestionário, que incorporava os movimentos sociais, na condição de entidades sem fins lucrativos, como receptoras de recursos para a construção de moradias populares. Essa arquitetura institucional foi a ação de maior impacto do Ministério das Cidades (criado em 2003) e que se concretizou com a criação do *Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social* (SNHIS), em 16 de junho de 2005. Tratava-se da concepção de um sistema complexo de financiamento e gestão da política de desenvolvimento urbano, com recursos vindos do *Fundo de Amparo ao Trabalhador* (FAT), do *Fundo de Garantia do Tempo de Serviço* (FGTS) e do *Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social* (FNHIS) (LEME& LEME, 2014).

Com a crise econômica de 2008, todavia, a construção desse projeto de fomento à política pública democrática-popular para a habitação sofreu algumas mudanças estruturais. O programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), criado em 7 de julho de 2009 e regulamentado posteriormente através de decreto de 16 de junho de 2011, se constituiu em uma medida anticíclica contra a crise financeira iniciada em 2008, que transformou a construção institucional anterior, no sentido do estabelecimento de restrições ao processo de construção autogestionária de moradia popular com fundos do governo. Ou seja, apesar do atendimento de famílias de baixa renda pelo programa “Minha Casa, Minha Vida” e de sua função macroeconômica no controle dos impactos da crise de 2008, há uma contradição visceral na política habitacional: o atendimento às necessidades de moradia em contraposição à financeirização imobiliária.

Neste sentido, apesar do longo processo de enfrentamento do déficit habitacional – ao lado ou em reação à pressão dos grupos sociais por universalização do direito à moradia –, ele ainda é uma face da desigualdade social, que se apresenta em todo o território nacional, oscilando os sem-teto entre 8 e 9% da população total.

A cidade de Campinas, bem como as cidades que integram sua região metropolitana, não foge a essa tendência. Dados da Cohab Campinas (Companhia de Habitação Popular de Campinas), publicados no Jornal Folha de Campinas em setembro de 2014, indicam que a cidade acumulava, em 2013, um déficit habitacional da ordem de 6%, sem contar a população residentes em habitações precárias ou subnormais. O número de inscritos na Cohab entre junho de 2013 e maio de 2014 foi de 7.408 famílias, número quase duas vezes maior que o total de casas sorteadas pelo órgão no ano (de 2012 a 2013 foram entregues cerca de 4 mil casas). Ademais, o baixo interesse das empreiteiras e construtoras em construir imóveis para famílias de baixa renda (até R\$ 1,6 mil por família), e o próprio ritmo da construção civil, geram uma conta que não fecha. Ou seja, não só o déficit habitacional é grande, como é crescente.

Contra esse quadro social, inúmeros processos de ocupação urbana vêm ocorrendo como forma de pressão política e sobrevivência de famílias cuja renda não comporta o pagamento dos aluguéis ou financiamentos cada vez mais inflacionados pela especulação imobiliária. Desse ponto pode-se inferir que o produto do processo de luta face à concepção burguesa de direito e cidadania,

que historicamente impôs obstáculos à reprodução biológica e social de grupos humanos deserdados da propriedade, tem sido a mobilização de trabalhadores e trabalhadores sem-terra e sem-teto.

Estima-se que Campinas tenha cerca de 15% de sua população vivendo em áreas de ocupação urbana. São dezenas de ocupações apoiadas por diferentes movimentos sociais organizados, como o MTST e o MTD. Algumas das maiores e mais antigas ocupações, como o Parque Oziel e Campo Belo, já estão em fase de urbanização e institucionalização, as quais tiraram aproximadamente 80 mil pessoas da condição de moradores da “cidade ilegal”. Entretanto, ocupações menores, mais recentes e localizadas em pontos menos periféricos da cidade, vivem sob a ameaça do despejo e do estigma da ilegalidade.

A ocupação Joana d’Arc, localizada no bairro Cidade Jardim, com aproximadamente 300 famílias sob os trilhos da antiga linha férrea VLT (Veículo Leve Sobre Trilho), é uma dessas comunidades que ainda sobrevivem à margem da “cidade-legal”. Trata-se de uma ocupação com características interessantes para uma reflexão sobre a segregação espacial e o resgate de uma “democracia urbana”, pois está localizada em perímetro muito próximo do núcleo urbano de Campinas, diferente, por exemplo, do Parque Oziel que está a cerca de 15 km do centro da cidade.

No território da Ocupação Joana d’Arc foram desenvolvidos dois projetos de extensão sob a coordenação da professora Dr^a Stela Cristina de Godoi, da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC). Em 2015 foi desenvolvido o projeto intitulado “Minha fé e minha luta: por uma politização das representações religiosas do gênero feminino e da experiência da intolerância religiosa”, e no biênio 2016-2017 o projeto “A cidadania feminina em ocupações urbanas: mulheres em ação politizando a cidade”. Por meio destes projetos de extensão universitária realizados com as mulheres da ocupação Joana d’Arc, tem-se coletado uma série de informações a respeito dos dilemas da cidadania feminina e suas interfaces com outras lutas sociais.

Tendo em vista, portanto, a reflexão sobre os desafios de organização das mulheres para e pela economia social e solidária, vale lembrar que também as lutas do movimento de mulheres foram sendo incorporadas às políticas públicas ao longo da gestão petista do Governo Federal. Esse processo se traduziu, por exemplo, em políticas públicas da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), bem como no protagonismo das mulheres em algumas políticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), como o Programa Bolsa Família, que, ao mesmo tempo reconheceu a centralidade das mulheres da estrutura familiar brasileira e naturalizou a divisão social e sexual desigual do trabalho.

Neste sentido, as análises de Pires (2012), ao levar em consideração a categoria gênero na avaliação das políticas públicas em educação, possibilita uma melhor apreensão da problemática do protagonismo feminino nas políticas do Estado para o combate à pobreza e à desigualdade. Dito de outro modo, as análises das percepções das beneficiárias do Programa Bolsa Família, coloca em relevo os paradoxos envolvidos neste protagonismo. Segundo Pires (2012), há uma tensão entre dois polos. De um lado, a participação das mulheres no Programa possibilita ganhos inequívocos a elas, seja pelo acesso a certos padrões de consumo, seja pelos ganhos de autoridade dentro das estruturas familiares. De outro, esses ganhos só se realizam por meio de políticas públicas que reforçam a naturalização do exercício da maternidade como competência das mulheres.

A despeito da inserção da questão de gênero no campo das políticas públicas nas últimas décadas, no entanto, a observação participante realizada na Ocupação Joana d’Arc vem mostrando que a violação do direito à moradia segue-se um espiral de outras violações de direitos das mulheres, em que pesam tanto o estigma do “invasor” de propriedade, quanto a naturalização da divisão sexual do trabalho que leva ao insulamento da mulher no espaço da vida doméstica.

No segundo semestre de 2016 foi realizada uma pesquisa qualitativa com cerca de 40 mulheres de idade adulta moradoras da ocupação Joana d’Arc. O questionário desenvolvido visava identificar questões de diversos âmbitos – idade, quantidade de filhos, ocupação profissional dos membros da família, início da vida conjugal, acesso às políticas públicas de assistência social, saúde e educação – como meio de subsidiar as intervenções.

Notou-se, a partir dos dados coletados, que a maioria das entrevistadas não exercia trabalho remunerado, sendo incumbidas do trabalho da esfera reprodutiva: afazeres domésticos e cuidado dos filhos. Segundo Biroli (2014), a divisão sexual do trabalho e a entrada das mulheres no mercado de trabalho também precisa ser discutida do ponto de vista do acesso aos recursos temporais, os quais são muito reduzidos quando as meninas desde cedo são socializadas para a dedicação exclusiva aos afazeres domésticos.

Uma segunda parcela das mulheres entrevistadas está inserida no mercado de trabalho informal, frequentemente de forma precarizada e em sua maioria exercendo atividades de diarista, manicure, vendedora ambulante, babá, ajudante de cozinha, além das ocupações exercidas em casa,

visto que a mulher é, ainda, a principal responsável pelo trabalho doméstico, tendo, desta maneira, jornadas de trabalho extensas e invisíveis.

Segundo Hirata (1999), legitima-se socialmente a precarização global do trabalho feminino, através das jornadas parciais e acúmulo de funções, em nome da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional. Assim, no que diz respeito à permanência de padrões rígidos e desfavoráveis às mulheres na divisão sexual no trabalho, dentro e fora do espaço doméstico, a pesquisa qualitativa feita através do questionário apenas reforçou as observações etnográficas que já estavam sendo colhidas no próprio processo de intervenção extensionista.

Neste sentido, analisando tanto os dados obtidos na pesquisa em domicílio, quanto nas intervenções dos projetos de extensão, pode-se observar que, tendo deixado para trás alguns de seus vínculos familiares, vicinais e sociais durante as sucessivas migrações até a ocupação, as mulheres chegam bastante dependentes da relação com seu cônjuge, o que as torna mais suscetíveis à violência doméstica. Como, também, absolutamente deslocadas no território geográfico e institucional, o que dificulta a descoberta dos caminhos para acessar direitos e serviços públicos. Na ocupação, mergulham num tempo de espera sem margens – pela casa própria, pelo trabalho, pela escola, pela creche -, mas chegam, também, movidas pela esperança de condições melhores de vida.

Impulsionadas por essas expectativas, desde 2016 um grupo de mulheres que se identifica como “Espaço das Joanas” vem buscando construir formas de auto-organização, através de técnicas de trabalho artesanal. Ao longo deste processo, tem-se observado inúmeros desafios para que a proposta da economia social e solidária alcance esse público.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de um primeiro esboço reflexivo sobre a temática apresentada, observa-se que os desafios da sociabilidade para a organização coletiva e trabalho associativo configuram-se historicamente de diferentes modos, quer se trate das experiências construídas a partir das lógicas estruturantes do meio rural ou do meio urbano; quer envolvam o diálogo com o ambiente capitalista competitivo ou com a lógica de sobrevivência mediada por questões familiares e, particularmente, de gênero.

No que diz respeito à trajetória dos assentados de Sumaré-SP, não é possível igualar os sem-terra aos grandes proprietários de terras e grileiros, pois a base dos membros do MST são pessoas que não possuem condições para disputar as melhores colocações no mercado de trabalho capitalista, a maioria não dispondo nem mesmo de bens de valor para barganhar. Nesse sentido, buscar a renda da terra é rejeitar tanto o lugar subalterno que lhes foi imposto na sociedade capitalista quanto uma alternativa à sobre-exploração de seu próprio trabalho na terra, demonstrando que compreendem o lugar que ocupam na ordem capitalista.

Para Karl Marx (1998, p.26-63), tal condição poderia favorecer ao desenvolvimento do revolucionário, uma vez que “As condições de vida da sociedade antiga já se encontram destruídas nas condições de vida do proletariado”, procurando mostrar que “Os proletários nada têm a perder fora suas correntes. Têm o mundo a ganhar.”, e completa: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. Assim, destacar a situação de total exclusão em que as pessoas se encontram é parte do trabalho de convencimento da base, feito pelo MST, dentro da diretriz geral do movimento de lutar pelo estabelecimento do socialismo, ou seja, transformar completamente a sociedade, abolindo o capitalismo e inaugurando uma era marcada por uma nova lógica produtiva: a do coletivismo e cooperativismo.

Em relação às experiências e trajetórias da ocupação urbana Joana d’Arc, a primeira dificuldade de auto-organização das mulheres que estão na luta por moradia diz respeito às incertezas que permeiam o futuro da comunidade, como a permanência no local em que estão acampadas as famílias. A segunda está relacionada a essa “economia política de curto prazo”, que acarreta também em vínculos sociais frágeis e provisórios entre as próprias participantes. A terceira dificuldade é a ausência de um espaço de trabalho onde possam trabalhar sem que as mercadorias e materiais se degradem pela ação das condições climáticas. A quarta dificuldade é a própria naturalização do trabalho doméstico não remunerado, que implica numa disponibilidade de tempo e carga de trabalho reduzida para as mulheres.

Diante da urgência em produzir renda para suas famílias e levando em consideração a total falta de apoio material e político do poder público, a despeito dos pedidos já encaminhados para a Secretaria de Trabalho e Renda do município, as mulheres que passam pelo “Espaço das Joanas” acabam se desviando do caminho da auto-organização para a economia solidária, sendo projetadas

novamente para estratégias individuais de sobrevivência, através de atividades laborativas informais e precarizadas na economia de mercado.

Resta, todavia, que essas dificuldades sejam enfrentadas através das ações das mulheres apoiadas pela universidade, iniciativas em torno do projeto da economia solidária que vêm produzindo um sentimento importante entre as mulheres, de que são capazes de transformar algo com suas próprias mãos, despertando a percepção de que, além de cidadãs portadoras de direitos, podem vir a ser um sujeito coletivo capaz de reinventar a própria história.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Marcia Regina de O. **A Formação da Consciência Política dos Jovens no Contexto dos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PIRES, André. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 130-161, Apr. 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO DE SUMARÉ-II. **"Terra não se ganha, terra se conquista" - A caminhada do Movimento dos Sem Terra de Sumaré II**. Sumaré, 1986.

BERGAMASCO, Sônia Maria P.P. et al. Perfil dos Assentamentos de Sumaré. In: FERRANTE, V.L.S.B. (Org.). **Retratos de Assentamentos**. Araraquara: UNESP, 1996. (ano III, n. 05).

BIROLI, Flávia. "Autonomia, dominação e opressão". In: MIGUEL, Luis F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1981.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DELBONI, Cláudia. **Mulheres da Terra: História e memória das assentadas de Sumaré II no limiar do século XXI**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ELIAS, Graziela R. **Concepções sobre Propriedade da Terra em Assentamentos Rurais**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

HIRATA, H., "Flexibilidade, Trabalho e Gênero", **GEDISST/CNRS**, Santiago, 1999, (Mímeo).

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. (trad. Rubens Eduardo Frias). São Paulo: Centauro, 2013.

LEME, Ricardo Carvalho & LEME, Rosana Cristina Biral. "Política Nacional de Habitação e mercado imobiliária em Francisco Beltrão-PR". **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória-ES, 2014.

LOERA, Nashieli C.R. **A busca do território: uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra**. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MACHADO, Vitor B. **Os Caminhos da Libertação: Valores presentes na luta pela terra**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MARTINS, José Pedro S. **Terra Nossa Prometida. Os 20 anos do Assentamento I de Sumaré**. Campinas: Komedi, 2004.

MARTINS, José de S. **O Cativo da Terra**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. (Ciências Sociais, 16).

_____. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. **O Sujeito Oculto**. Porto Alegre: UFRGS, 2003a.

_____. (Coord.). **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, São Paulo,

v. 12, n. 34, p. 07-46, 1998.

MEDEIROS, Leonilde S. de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 4, p. 50-65, jul. 1995.

MENEZES, Marilda A. de. O Cotidiano Camponês e a sua Importância Enquanto Resistência à Dominação: A Contribuição de James C. Scott. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 32-44, jan./jun. 2002.

NAVARRO, Zander. "Mobilização sem emancipação" - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 191-230.

NORDER, Luiz Antonio C. **Políticas de Assentamento e Localidade – Os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Wageningen University And Research Centre, Netherlands, 2004.

PETINARI, Ricardo A.; TERESO, Mauro José A.; BERGAMASCO, Sônia Maria P.P. A importância da fruticultura para os agricultores familiares da região de Jales-SP. **Rev. Bras. Frutic.**, Jaboticabal, v. 30, n. 2, jun. 2008.

ROELOFS, Howard Mark. Liberation Theology: The Recovery of Biblical Radicalism. **The American Political Science Review**, v. 82, n. 2, p. 549-566, jun. 1988.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SILVA, Maria Aparecida de M. **A Luta pela Terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004. (Coleção Paradidáticos; Série Poder).

STRAUBE, Ana Maria. **"Precisamos implantar nosso modelo nos assentamentos"**. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 12 fev. 2008.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, Salário e Família: Ethos e Racionalidade Produtiva no Cotidiano Camponês**. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

THOMPSON, Edward Paul. **A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Protesto e democracia: Ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade**. Jundiaí-SP: Paco, 2017.